

LAZER E EDUCAÇÃO: DEMOCRATIZAÇÃO DO LAZER NOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS, REFLEXOS NO PROCESSO PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL



LEISURE AND EDUCATION: DEMOCRATIZATION OF LEISURE IN UNIFIED EDUCATIONAL CENTERS, REFLECTIONS ON THE PEDAGOGICAL PROCESS FROM THE PERSPECTIVE OF INTEGRAL EDUCATION

AGATHA MELISSA LUZ DE OLIVEIRA

Graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Brasil (2019); Especialista em Africanidades na educação básica pela e Arte e educação; Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

RESUMO

O presente artigo busca verificar a influência do lazer no processo de ensino e aprendizagem e a importância da democratização dos espaços de lazer com a participação de educandos e comunidade. Com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” principia-se a defesa da democratização da escola pública, com nova concepção dos ambientes escolares e sua influência no processo de desenvolvimento do indivíduo. No passado, os primeiros teóricos reconhecidos da democratização, laicidade e defesa da escola pública foram Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro que também evidenciaram a importância da Educação Integral na formação das crianças articulada por meio da transdisciplinaridade. Hoje as publicações governamentais federais, estaduais e municipais incentivam a renovação educacional, amparadas por diversos outros autores como Marcellino (1995), Dumazedier (1976), Gadotti (1992), e Moll (2012), que defendem as práticas do lazer no desenvolvimento da criança. Os Centros de Educação Unificada (CEU) reforçam a valorização do ambiente de lazer associado ao processo educativo como forma de desenvolver integralmente a criança. Assim as contribuições desses teóricos farão parte das análises que buscaremos realizar para perceber também a influência da democratização do lazer e seus reflexos na aprendizagem, além da diversificação dos estímulos vivenciados.

Palavras-chave: Democratização; Lazer; Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT

This article seeks to verify the influence of leisure on the teaching and learning process and the importance of democratizing leisure spaces with the participation of students and the community. With the “Manifesto of the Pioneers of New Education”, the defense of the democratization of public schools began, with a new conception of school environments and their influence on the individual's development process. In the past, the first recognized theoreticians of democratization, secularism and defence of public schools were Anísio Teixeira and Darcy Ribeiro, who also highlighted the importance of Integral Education in the education of children articulated through transdisciplinarity. Today, federal, state and municipal government publications encourage educational renewal, supported by various other authors such as Marcellino (1995), Dumazedier (1976), Gadotti (1992), and Moll (2012), who defend leisure practices in children's development. The Unified Education Centers (CEU) reinforce the value of the leisure environment associated with the educational process as a way of fully developing the child. Thus, the contributions of these theorists will form part of the analysis we will try to carry out in order to understand the influence of the democratization of leisure and its effects on learning, as well as the diversification of the stimuli experienced.

Keywords: Democratization; Leisure; Teaching-learning.

INTRODUÇÃO

O contexto educacional, em uma perspectiva histórica, evidentemente decorreu entre inúmeras mudanças. A educação brasileira relacionou-se com interesses ideológicos, políticos, de classe e religiosos. Serviu como forma de dominação, aculturação, exclusão e permanência de privilégios.

Em 1932, com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” inicia-se a defesa da democratização da escola pública, e uma nova concepção dos ambientes escolares e sua influência no processo de desenvolvimento do indivíduo. Como fundamentação teórica desses aspectos utilizaremos Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, que buscavam uma educação pública, laica, igualitária e que considere o indivíduo em sua integralidade, através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), pelos estudos de Moll (2012).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, designa-se à educação o caráter público, gratuito, plural e dever do Estado.

Com relação ao lazer, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente asseguram ao cidadão brasileiro, e torna responsabilidade do Estado garanti-lo. Conceitualizamos lazer consoante às concepções de Dumazedier (1976), que o considera como as ocupações espontâneas do indivíduo.

Na perspectiva de Educação Integral, visando o desenvolvimento das crianças em suas dimensões física, intelectual, cultural, emocional e social e para sua formação enquanto sujeito de direitos, articula-se a relevância da democratização do lazer para o desenvolvimento integral da criança, que refletirá no processo pedagógico de ensino e aprendizagem.

Utilizaremos como referência os Centros de Educacionais Unificados - CEUs, como projeto

inicialmente possível e ideal para a integração das crianças à escola e o acesso ao lazer qualitativo, como forma de evidenciar a influência da democratização para o processo de ensino-aprendizagem.

A problemática central do artigo relaciona-se à averiguação da necessidade ou importância do lazer para o processo de ensino-aprendizagem. Temos como objetivo geral verificar a influência do lazer no processo de ensino e aprendizagem, em uma perspectiva de Educação Integral, e a importância da democratização dos espaços de lazer e cultura com a participação social e da comunidade.

Objetivamos especificamente analisar os reflexos das políticas públicas direcionadas ao lazer na construção cognitiva das crianças, para que possamos identificar a importância desse na aprendizagem significativa e integral do educando e com isso observar a experiência que transcende à sala de aula, especialmente as práticas de lazer, mas que auxiliam na educação formal.

Utilizaremos pesquisa bibliográfica para analisarmos os principais autores e documentos institucionais que discorrem sobre o assunto.

O artigo foi desenvolvido através do levantamento de referenciais teóricos. Os principais autores que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho foram: Marcellino (1995) e Dumazedier (1976), que discorrem sobre o lazer e suas funções e o associa à educação. Gadotti (1992) com a concepção de Escola Cidadã.

Trataremos a problemática abordando os seguintes subtemas: Processo Histórico da Educação Pública Brasileira, Laica e Democrática; Conceitualização do Lazer associado à Democratização; Educação Integral e Lazer no Processo de Ensino-Aprendizagem; Centros Educacionais Unificados da Prefeitura Municipal de São Paulo como Proposta de Democratização da Educação e do Lazer; Considerações Finais, sem a intenção de encerrar ou esgotar o tema a fim de compreender a democratização do lazer e sua influência no processo de ensino-aprendizagem.

PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA, LAÍCA E DEMOCRÁTICA

A partir da Constituição Federal de 1988 a educação pública brasileira passou a ser garantida em lei, de forma gratuita, como dever do Estado e direito subjetivo da população. Os princípios educacionais são fundamentados na igualdade, pluralidade, liberdade, gratuidade, valorização dos profissionais da educação e na gestão democrática. Entretanto, o ensino percorre um processo histórico de complexidades ideológicas, violência, exploração, aculturação e privilégios para determinadas classes sociais.

Moacir Gadotti, em seu livro “Escola Cidadã”, discorre sobre a idealização da escola pública: “Ela seria uma escola pública autônoma, sinônimo de escola pública popular, integrante de um sistema único (público) e descentralizado (popular)” (GADOTTI, 1992, p.54).

A escola cidadã, como teoria da educação popular, fundamenta-se nos princípios da universalidade, entretanto considerando as particularidades regionais, a multiculturalidade existente

no ambiente escolar e os princípios da democracia.

Historicamente houve conflitos entre o ensino privado, sustentado pelos empresários da educação e a Igreja, e o ensino público democrático defendido pelos desenvolvimentistas. Dentre os educadores brasileiros defensores da educação pública para todos e com qualidade estão Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. “Anísio enfrenta a revolta de setores da Igreja, por defender de forma firme e efusiva o projeto de escola republicana, laica, gratuita e universal.” (MOLL, 2012, p. 76)

Em sua trajetória pela educação, Anísio embasou-se em dois pilares: Utopia e Democracia. Segundo Moll (2012): “A utopia de buscar sempre uma educação de qualidade, pública, laica e que pudesse colaborar com a construção do Brasil moderno”. Ele teve grande influência do pensador estadunidense John Dewey, que pensava no desenvolvimento através da democratização, liberdade de pensamento e a necessidade da experimentação, com a ciência, com a arte e a cultura popular. (MOLL, 2012, p. 72).

Influente em políticas públicas educacionais, Anísio idealizou escolas-parque visando adequar unidades escolares às particularidades das crianças, especialmente das classes populares. Essas escolas foram pensadas para maior permanência das crianças no ambiente, foco em suas necessidades subjetivas, desenvolvimento da consciência cidadã, e a integração da escola à comunidade.

Anísio Teixeira participa do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, que consoante a Xavier (1999, p. 46) prezava pela:

defesa de alguns princípios [...] Entre outras a democratização das relações sociais pela crítica ao caráter excludente da escola tradicional, pelo reconhecimento do direito à educação a todos os cidadãos, pela defesa do princípio da universalidade de acesso à escola [...] o manifesto promoveu a valorização do papel social e político do educador profissional. (apud MOLL, 2012, p. 75).

Nesse contexto evidencia-se uma nova perspectiva educacional, direcionada às particularidades das crianças, sua valorização enquanto pessoas em processo desenvolvimento e a democratização da educação qualitativa e equitativa, através da descentralização e não hegemonia presentes na concepção da escola tradicional.

Consoante aos ideais de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro de escolas públicas que compreendessem a criança em sua integralidade, através de propostas que considerassem as experiências e o contexto no qual os educandos estavam inseridos, conceituaremos o lazer como forma de articulação das práticas pedagógicas e as práticas de lazer como propiciadoras do desenvolvimento integral das crianças.

CONCEITUALIZAÇÃO DO LAZER ASSOCIADO À EDUCAÇÃO E A DEMOCRATIZAÇÃO

Partindo dos princípios de “Escola Cidadã” e educação pública, democrática, descentralizada e acessível a todos, entendemos o lazer associado à prática pedagógica como ferramenta essencial para o desenvolvimento crítico, físico, socioemocional e psicossocial das crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente mostra a relevância da educação e do lazer como forma de garantir os direitos sociais essenciais ao desenvolvimento, e como forma de proteção integral à criança:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, Art. 4).

Outras legislações direcionam-se ao desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, e neste processo alguns aspectos tornam-se essenciais, como exemplo o lazer que é um direito e sua oferta deve ser garantida pelo Estado.

Joffre Dumazedier (1976, p. 34) sociólogo francês, pioneiro nos estudos do lazer, o define como:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1976, p. 34)

Na sociedade industrial, a atividade central é o trabalho. O lazer, nesse sentido, torna-se atividades realizadas, espontaneamente, pelos indivíduos em um momento de ócio. O professor e sociólogo italiano Domenico de Masi conceitualiza o termo ócio criativo, relacionando-o ao trabalho, estudo e lazer. Nesse sentido, a utilização do tempo livre é entendida como momento libertador e necessário à produção de ideias.

De acordo com Dumazedier (1976, p.32) o lazer possui três funções importantes, são elas: função de descanso, função de divertimento, recreação e entretenimento e função de desenvolvimento.

A função de descanso é o lazer como forma de recondicionar a fadiga ocasionada pelo excesso de obrigações, essencialmente pelo trabalho, e outras atividades relacionadas, criando a necessidade de repousar para recuperar-se, através do lazer.

Função de divertimento, recreação e entretenimento; lazer relacionado à cessação das alienações presentes na rotina cotidiana, um fator de equilíbrio para superar as repressões necessárias para viver em sociedade. A compensação desses fatores ocorre através do divertimento, a busca por atividades diferentes, que rompem os padrões rotineiros.

A função de desenvolvimento presente nas práticas de lazer será evidenciada no decorrer deste artigo, visto que essa função possibilita maior participação social, novas possibilidades de integração a agrupamentos sociais e culturais e desenvolvimento livre de atividades aprendidas na escola, ou seja, o ensino escolar propicia e influencia as práticas de lazer, momento de novas

aprendizagens e desenvolvimento da personalidade.

O autor, ao definir cada uma delas, conclui que as três são solidárias entre si e estão presentes em graus variados, em todas as situações e em relação a todos os indivíduos.

No documento Carta Internacional de Educação para o Lazer (1993), lazer é entendido como:

uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Abrange formas amplas de expressão e de atividades cujos elementos são tanto de natureza física quanto intelectual, social, artística ou espiritual. (CARTA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O LAZER, 1993)

Evidencia-se a importância do lazer nos diversos aspectos humanos, como forma de desenvolvimento, liberdade e autonomia. Outro ponto importante é o caráter intersetorial do lazer, efetivando-se de forma coletiva, envolvendo diversos setores sociais.

Documentos internacionais apresentam a perspectiva da educação para o lazer como ferramenta de diminuição das desigualdades no acesso ao lazer e à equidade nas oportunidades e recursos.

4.2 A educação para o lazer deve ser adaptada às necessidades locais e às demandas de determinados países e regiões, levando-se em consideração os diferentes sistemas sociais, culturais e econômicos.

4.3 A educação para o lazer é um processo de aprendizado contínuo que incorpora o desenvolvimento de atitudes, valores, conhecimentos, aptidões e recursos de lazer.

4.4 Os sistemas de ensino formal e informal ocupam uma posição central para implementação da educação para o lazer, incentivando e facilitando o envolvimento do indivíduo neste processo. (CARTA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O LAZER, 1993)

A educação para o lazer, em um panorama democrático, considera as particularidades locais, assim como os Centros Educacionais Unificados – CEUs, incentivando e facilitando a participação da comunidade nesses espaços e desenvolvendo aspectos individuais e coletivos significativos.

Consoante a Marcelino (1995) o lazer relaciona-se à educação e ao processo educativo, visto que torna-se um veículo e um objeto de educação.

O lazer é um veículo privilegiado de educação; para a prática positiva das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, com enriquecimento do espírito crítico, na prática e na observação. (MARCELLINO, 1995, p. 58)

Evidencia-se a relevância do lazer para a prática educacional, com processos evolutivos de aprendizagem, fazendo com que o indivíduo torne-se crítico nas práticas cotidianas. Outro aspecto importante é o lazer como ferramenta de equilíbrio entre as práticas laborais e as necessidades biopsicossociais.

De acordo com Requixa (1980) “o lazer cultural compensa a pobreza intelectual e a mesmice do trabalho urbano, ao mesmo tempo em que transmite informações capazes de equipar o trabalhador para melhor fruir desse mesmo lazer cultural”. (apud Marcellino 1995, p.63).

Marcellino (1995) realça ainda as potencialidades do lazer para o desenvolvimento integral do indivíduo nas perspectivas sociais (relacionadas às interações e ao desenvolvimento da solidariedade) e individuais (direcionados ao relaxamento e ao júbilo).

O autor apresenta os ideais do sociólogo Renato Requixa (1980) para elucidar as potencialidades do lazer enquanto processo educativo. “Alto potencial educativo que as atividades de lazer podem ser portadoras”.

Em consonância à Requixa (1980 apud Marcellino 1995, p.60) “começa a ampliar-se o dimensionamento do lazer, no momento em que vislumbramos suas possibilidades na área da educação”. É importante que o indivíduo seja educado de forma racional para o lazer, que consiste no aprendizado para o uso do tempo livre, sendo necessário o equilíbrio entre as tarefas diárias e o lazer.

Evidentemente o lazer é um aspecto relevante, essencialmente relacionado ao processo educativo, por isso a importância de sua democratização e a necessária difusão de sua aceitação e valorização pelas camadas populares. (MAECELLINO, 1995, p. 78). Isso ocorrerá quando a intersectorialidade na unidade educacional ocorrer, e as práticas de lazer forem associadas ao processo educativo.

Requixa (1980) apresenta a concepção de “lazer como objeto de educação” e evidencia a importância da articulação entre as aprendizagens escolares e o lazer, como forma de diversificar as atividades praticadas. Evidencia a importância dos debates sobre o tema, entre educadores e poder público visando transfundir o enaltecimento para todas as camadas da população. (apud Marcellino 1995, p. 78).

Diante da perspectiva exposta, faz-se necessário usar os espaços escolares para uma pedagogia lúdica onde os discentes tenham o prazer em aprender, desenvolvam o autocuidado e valorizem a vida, logo é essencial que as Unidades Escolares elaborem um Projeto Político Pedagógico com práticas interdisciplinares e transdisciplinares educacionais, envolvendo o lazer e as culturas objetivando estimular desde sempre, a solidariedade, companheirismo, respeito, coletividades, entre outros.

EDUCAÇÃO INTEGRAL E O LAZER NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A Educação Integral faz parte dos conceitos orientadores do Currículo da Cidade, das escolas municipais de São Paulo, que necessitam considerar as particularidades dos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos de direito em sua integralidade nas dimensões intelectual, física,

emocional, cultural e social.

Os debates sobre educação integral ocorrem há décadas objetivando compreender os problemas educacionais e apontar soluções para a promoção da educação formal com qualidade.

Consoante documento municipal, Currículo da Cidade (2019):

As novas definições de Educação Integral que começaram a emergir a partir de meados da década de 1990 apontam para a humanização do sujeito de direito e entendem o conhecimento como elemento propulsor para o desenvolvimento humano. (SÃO PAULO, 2019, p. 22)

As concepções educacionais atuais consideram o indivíduo em sua integralidade, sem fragmentações e sem isolá-los das concepções históricos sociais do contexto em que está inserido. Considera que o processo educativo ocorre nas socializações dialógicas individuais e coletivas. Diante disso, os componentes curriculares são formas de promover a autonomia plena dos educandos nas relações com outros e em sua individualidade.

Para que as aprendizagens se tornem significativas faz-se necessário integrar áreas do conhecimento, espaços formais ou não formais que também são educativos. As propostas educacionais necessitam ser interdisciplinares e transdisciplinares.

A Educação Integral, entendida como direito à cidadania, deve basear-se em uma ampla oferta de experiências educativas que propiciem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens (GUARÁ, 2009). Este desenvolvimento deve incentivar, ao longo da vida, o despertar da criatividade, da curiosidade e do senso crítico, além de garantir a inclusão do indivíduo na sociedade por meio do conhecimento, da autonomia e de suas potencialidades de realizar-se social, cultural e politicamente. (SÃO PAULO, 2019, p. 12)

A educação articula-se com amplas experiências educativas, que possibilitem o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes e sua participação plena e efetiva na sociedade. Nesse contexto, a democratização do lazer está intrinsecamente relacionada à Educação Integral, visto que as práticas de lazer proporcionam a autonomia e o equilíbrio do indivíduo e auxiliam a desenvolvê-lo em todas as dimensões.

Gonçalves (2006) associa a Educação Integral à totalidade do indivíduo como processo que extrapola o fator cognitivo e permitindo-lhe vivenciar uma multiplicidade de relações, com a intenção de desenvolver suas dimensões físicas, sociais, afetivas, psicológicas, culturais, éticas, estéticas, econômicas e políticas. (*apud* SÃO PAULO 2019).

As aprendizagens e o desenvolvimento ocorrem também em relações extraclasse, através da multiplicidade das interações, e contribuem para o desenvolvimento integral da criança. O educando precisa ser compreendido em sua integralidade, e todas as suas dimensões devem ser desenvolvidas

de forma equitativa.

O Currículo da Cidade (2019) apresenta algumas perspectivas sobre Educação Integral que corroboram com a importância da articulação entre o lazer e o processo de ensino-aprendizagem, através da educação formal e não formal, como forma de promover a formação integral do educando, proporcionando-lhe propostas transdisciplinares:

A primeira aponta para o desenvolvimento humano equilibrado, via articulação de aspectos cognitivos, educativos, afetivos e sociais, entre outros.

A segunda enfatiza a articulação dos Componentes Curriculares e o diálogo com práticas educativas transversais, inter e transdisciplinares.

A terceira compreende a importância da articulação entre escola, comunidade e parcerias institucionais, bem como entre educação formal e não formal para a formação do indivíduo integral. GUARÁ (2009, apud SÃO PAULO 2019, p. 23).

A Educação Integral é complexa e apresenta em suas concepções diversos aspectos. Evidencia a importância da articulação entre os componentes curriculares e as práticas educativas transdisciplinares, como exemplo as práticas culturais e de lazer.

Os Centros Educacionais Unificados contemplam as perspectivas de articulação entre escola, comunidade e parcerias institucionais, visto que em sua estrutura possibilitam a integração da comunidade e educandos em seus espaços, proporcionando atividades educativas de esporte, lazer, cultura que em consonância a essas complexidades da educação integral possibilitam o desenvolvimento da integralidade de crianças e adolescentes.

CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO COMO PROPOSTA DE DOMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO LAZER

Consoante aos princípios educacionais de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, com a proposta das escolas destinadas ao desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, fundamentadas em suas particularidades, apresentaremos os Centros Educacionais Unificados como continuidade desses programas, ideais para atender às necessidades dessas etapas, associando a democratização do lazer aos processos educativos.

A concepção e implantação dos Centros Educacionais Unificados (CEU) favoreceram projetos pedagógicos, historicamente planejados, visando atendimento à demanda educacional das classes populares. Um dos precursores desses projetos é Anísio Teixeira, com as “Escolas Parque”, lançadas na Bahia em 1950.

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR) de Anísio Teixeira previa a construção de centros populares de educação em todo o Estado da Bahia para crianças e jovens de até 18

anos. Destinado ao nível primário, o centro era composto de quatro “Escolas-Classe” e de uma “Escola- Parque”. A proposta visava a alternar atividades intelectuais com atividades práticas, como artes aplicadas, industriais e plásticas, além de jogos, recreação, ginástica, teatro, música e dança, distribuídas ao longo de todo o dia. (GADOTTI, 2000, p. 1)

A partir desse projeto inicia-se uma nova concepção de educação integral para as crianças e comunidades periféricas, a fim de democratizar a educação e o lazer qualitativo e proporcionar novas aprendizagens através da transdisciplinaridade, que “busca a compreensão dos fenômenos e a aquisição de conhecimentos de maneira holística e contextualizada. Educação que compreende o conhecimento de uma forma plural.” Disponível em: <<https://www.significados.com.br/transdisciplinaridade/>>

Dentre os prospectos, destacam-se os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS), criados por Darcy Ribeiro, que objetivavam propiciar “educação, esportes, assistência médica, alimentos e atividades culturais variadas, em instituições colocadas fora da rede educacional regular”, logo, integralizar os aspectos essenciais para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, historicamente dissociados.

Além dessa perspectiva integral, os CIEPs tinham um projeto pedagógico padronizado, para não ocorrerem inconsistências entre o processo qualitativo das escolas. (MENEZES, 2001).

Outros projetos são: Programas de Formação Integral da Criança (PROFICs), do Estado de São Paulo, Centros Integrados de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CIACs), criados pelo então Presidente da República Fernando Collor de Mello e os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs).

Os Centros Educacionais Unificados – CEUs foram criados pelo Decreto nº 42.832 de 6 de fevereiro de 2003, na gestão da prefeita Marta Suplicy do Partido dos Trabalhadores. Embasado nos projetos anteriores, o CEU mantém a ideia de fortalecer a escola pública, agregar a participação e desenvolvimento comunitário e localizá-los nas áreas periféricas da cidade. De acordo com o Centro de Referência Paulo Freire “A determinação para os locais de construção dos CEUs foi o “Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo – 2000.”

Nascia um projeto de educação popular, de educação cidadã, buscando tratar o povo com dignidade e respeito. O projeto dos CEUs foi concebido, desde sua origem, como uma proposta intersetorial, somando a atuação de diversas áreas, como: meio ambiente, educação, emprego e renda, participação popular, desenvolvimento local, saúde, cultura, esporte e lazer. Os CEUs inspiram-se na concepção de equipamento urbano agregador da comunidade, com uma visão de educação que transcende a sala de aula e o espaço escolar. (GADOTTI, 2000, p. 2)

Em uma perspectiva descentralizadora e democratizada do ensino, os Centros Educacionais Unificados – CEUs efetivam-se como referência de integração social nos espaços escolares e associam a educação escolar a outros espaços, essenciais, que também educam e proporcionam o

pleno desenvolvimento da criança e adolescente.

Na regulamentação do decreto de criação dos Centros Educacionais Unificados ressaltam-se seus propósitos, dentre eles estão a descentralização e inclusão socioeconômica da população, a urgência em minimizar a exclusão social, cultural, educacional e tecnológicas e a ausência na oferta de lazer e entretenimentos nas periferias em comparação às regiões centrais:

CONSIDERANDO que a ação educativa é norteada pelos princípios da participação, descentralização e autonomia, bem como da inclusão, não só escolar, mas também socioeconômica da população;

CONSIDERANDO a urgência de implementar projetos que viabilizem a reversão do quadro de exclusão social, cultural, tecnológica e educacional;

CONSIDERANDO a escassez da oferta de lazer e entretenimento nos bairros da periferia, em evidente desigualdade com a região central da cidade;

CONSIDERANDO que o Centro Educacional Unificado - CEU propiciará à população acesso a bibliotecas, centros culturais e esportivos, integrados aos Centros de Educação Infantil - CEIs, Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIs e Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEFs, num complexo único concebido em todas as suas dimensões, desde o projeto arquitetônico até o projeto político-pedagógico, conferindo novo significado ao espaço escolar. (DECRETO 42.832, de 06 de fevereiro de 2003)

Em sua concepção, notoriamente, os CEUs buscam reparar as desigualdades de acesso e permanência, de infraestrutura educacional, de lazer e socioeconômicas, estruturadas e reforçadas pelo sistema capitalista, extremamente prejudicial às crianças e adolescentes periféricos. Estão localizados nas margens da cidade, com grande densidade demográfica, alto grau de exclusão social e forte demanda escolar. São os principais bolsões de miséria da capital, regiões onde há carência de espaços e equipamentos culturais e para prática de esportes, principalmente para os jovens. (GADOTTI, 2000 p. 4)

Estes novos modelos pedagógicos possuem objetivo transformador da realidade social e das exclusões constantes nas regiões marginalizadas. Foram necessárias integrações operacionais entre a Secretaria da Cultura, Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social e Secretaria Municipal de Esportes.

De acordo com Gadotti (2000), com relação aos investimentos dos Centros Educacionais Unificados:

Foram utilizados recursos financeiros da PMSP da ordem de R\$ 287.727.889,92 para a construção e compra dos equipamentos dos 21 CEUs. O custo estimado por CEU é de R\$ 15.700.000,00, sendo 13.700.000,00 para construção (87%) e R\$ 2.000.000,00 para mobiliários e equipamentos (13%). O custeio mensal por CEU para a sua manutenção está estimado em R\$ 481.050,00. (GADOTTI, 2000, p. 9).

Em sua estrutura os CEUs possuem equipamentos facilitadores para o desenvolvimento da educação em uma perspectiva integral. Centro de Educação Infantil – CEI, ambiente preparado para atender o público infantil de 0 a 3 anos. A Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI, para dar continuidade pedagógica ao CEI a EMEI atende crianças de 4 a 5 anos. Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, atribuído à educação de crianças, adolescentes e adultos.

Oferece dois turnos diurnos, destinados ao ensino regular, do Ensino Fundamental destinados a crianças e adolescente de 6 a 14 anos, em média. No noturno, atende ao jovem e ao adulto na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Esses jovens e adultos têm maior autonomia para o uso dos espaços indicados ao esporte, a cultura e a inclusão digital, podendo escolher o período que desejar para o lazer.

Consoante a Gadotti (2000):

O CEU proporciona educação integral e integrada, nas diferentes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos. Em cada unidade instalada oferece à população os seguintes equipamentos: 14 salas de Atividades no CEI (Centros de Educação Infantil – antigas Creches), 10 salas da EMEI (Escolas Municipais de Educação Infantil), 14 Salas de Aula de EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental), Laboratório de Ciências, Laboratório de Informática, Anfiteatro, 3 Cozinhas, 3 Refeitórios, 3 Pátios Internos, Salas de Recepção, Sala de Leitura, Diretoria e Secretaria, 3 Piscinas, Vestiários Femininos e Masculinos, Quadra Coberta e Descobertas, Telecentro, 3 Ateliês, 4 Estúdios, Teatro Biblioteca, Estação de Rádio – EDUCOM. Rádio, Sala de Dança, Ateliê de Artes, Foyer/Exposições Sala de Reunião do Conselho Gestor, Padaria, Pista de Skate. (GADOTTI, 2000, p. 5)

Os CEUs, em sua proposta político-pedagógica inicial, objetivavam enfrentar a situação antagônica existente em São Paulo, originária de um modelo econômico excludente e desigual. “A cidade de São Paulo, como a maioria das cidades, foi pensada para os ricos. As crianças e jovens são as principais vítimas dessa concepção de cidade.” (GADOTTI, 2000, p. 5)

Há uma diferença na oferta de lazer e entretenimento e a concentração de espaços culturais na região central. Nesse contexto, o CEU torna-se um projeto de reversão das exclusões sociais, culturais, tecnológicas e educacionais.

O CEU é uma das respostas, entre outras, desta administração, ao problema da exclusão de pessoas, do acesso aos equipamentos públicos que oferecem lazer, cultura e prática esportivas, principalmente para os moradores de bairros afastados do centro da cidade. (GADOTTI, 2000, p. 5)

Contudo, os Centros Educacionais Unificados possuem um caráter inovador em suas concepções educacionais, além da localização estratégica para atender os bebês, crianças, adolescentes, suas famílias/ responsáveis e a comunidade periférica e fornecer-lhes uma educação democrática, qualitativa e integrada a outros aspectos e direitos essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos, como exemplo o lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio averiguamos documentos e legislações objetivando inferir a influência das práticas educativas desenvolvidas em espaços que transcendem sala de aula, como lazer, no processo ensino aprendizagem.

As conclusões apresentadas se fundamentaram nos escritos de Dumazedier (1976), Gadotti (1992), Marcellino (1995) e Moll (2012), que defendem e mostram propostas que respondem nossas dúvidas de maneira mais coerente. Não é possível esgotar o assunto, dada a sua complexidade e perenidade, mudanças de contextos e demandas por inovações que requerem sempre atualização de dados e ajustes de enfoques.

Após análise crítica das concepções de lazer, “Escola Cidadã” democrática e perspectiva histórica da educação, perfizemos a relevância em considerar os indivíduos em sua integralidade nas dimensões físicas, psicológicas, intelectuais, sociais e culturais. Toda análise construída pelos autores teve como base a democratização da educação e do lazer, direitos garantidos constitucionalmente, como aspectos relevantes para os processos evolutivos de aprendizagem, desenvolvimento da criticidade e para o desenvolvimento integral.

Essas concepções de escola pública, universal, laica e gratuita, oriundas dos ideais de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, visam o espaço escolar pensado nas particularidades das crianças e adolescentes das classes populares, enfatizando suas necessidades, desenvolvimento da consciência cidadã e integração escola-comunidade.

Os autores estudados evidenciam a importância do lazer no processo de ensino e aprendizagem, que não pode ser privilégio das minorias econômicas e sociais, mas para todos de forma qualitativa e equitativa.

Os Centros Educacionais Unificados, proposta proveniente das concepções de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, são espaços de efetiva democratização do lazer e da educação, que proporcionam diversas experiências educativas essenciais para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Consideramos que o lazer e as práticas culturais são importantes e necessários no processo de ensino e aprendizagem, visto que os indivíduos devem ser considerados em sua integralidade respeitando suas particularidades. As aprendizagens são interdisciplinares e transdisciplinares, relacionando-se e estando presente em diversos espaços educativos, formais e não formais, sem fragmentações e sem abstrações das concepções históricas sociais em que os indivíduos estão inseridos.

Com isso, pode-se dizer que o tema contribui para rememorarmos ideais de educação pública dos pioneiros Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, que dialogam com concepções atuais na área educacional, visando promover, em igualdade de oportunidades, a educação integral dialogando com outros espaços e atividades educativas, como a prática cultural e de lazer.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Cássio Adriano; MARTINS, José Clerton. **Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200013>. Acesso em 9 de Setembro de 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.
contexto
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DUMAZEDIER, Jofre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GADOTTI, Moacir. **Educação com qualidade social: projeto, implantação e desafios dos Centros Educacionais Unificados (CEUs)**. Acervo Paulo Freire, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1992.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas, Papyrus, 1995.
- MOLL, Jaqueline. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública)**. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/cieps-centros-integrados-de-educacaopublica/>>. Acesso em: 07 de Setembro de 2024.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. 2. Ed. São Paulo: SME/COPEP, 2019.
- Transdisciplinaridade**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/transdisciplinaridade/>>. Acesso em 14 de Setembro de 2024.